

Ambientes Nutridores: Uma Estratégia para Promover uma Cultura da Prevenção na Primeira Infância

Nurturing Environments: A Framework for Promoting a Culture of Prevention in the Early Childhood

 THIAGO W. CALEGARI¹

 DIEGO ZILIO¹

¹UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Resumo

Problemas emocionais e de conduta (PECs) podem ser prevenidos a partir de um arcabouço teórico e aplicado que auxilie a organizar ações preventivas dentro de uma abordagem desenvolvimental, que se inicia já na primeira infância. Prevenir PECs é um tema de interesse para analistas do comportamento, e esse interesse pode ser maximizado pela disposição crescente entre esses pesquisadores de contribuir para mudanças em práticas culturais. O objetivo deste estudo é apresentar uma síntese da estratégia de ambientes nutridores à comunidade brasileira de analistas do comportamento, que sirva como diretriz para a construção de uma “cultura da prevenção” no país. Seis publicações de Biglan e colaboradores foram lidas integralmente e identificamos, em uma tabela, as seções/capítulos nos quais os componentes da estratégia de ambientes nutridores são descritos. Em seguida, identificamos cada componente a partir dos subtítulos dessas seções/capítulos e construímos outra tabela, resumando os componentes na forma de itens ordenados numericamente. Por fim, reagrupamos esses itens em sete componentes que, para nós, representam a síntese da estratégia de ambientes nutridores. Na discussão, mencionamos a importância de analistas do comportamento dedicarem esforços em pesquisas na área da prevenção e interlocução com o campo da saúde pública. Também apresentamos dois exemplos de intervenção para ilustrar a utilidade da síntese produzida à organização de projetos de prevenção intersetoriais.

Palavras-chave: Ambientes Nutridores; Cultura da Prevenção; Primeira Infância; Políticas Públicas; Análise do Comportamento Aplicada.

Abstract

Emotional and behavioral problems (EBPs) can be prevented by adopting a theoretical and applied framework that organizes preventive efforts according to a developmental approach that begins in early childhood. Preventing EBPs is a topic of interest to behavior analysts, and this can be maximized by the growing willingness among these researchers to contribute to changing cultural practices. The purpose of this study is to present a synthesis of the nurturing environments framework to the Brazilian community of behavior analysts, which we hope may serve as a guideline for building a “culture of prevention” in the country. Six works by Biglan and colleagues were read in full, and we identified, in a table, the sections/chapters in which the components of the nurturing environments framework are described. Then, we pinpointed each component from the headings of those sections/chapters and built another table, summarizing the components as numerically ordered items. Finally, we regrouped those items into seven components that, for us, represent the synthesis of the nurturing environments framework. In the discussion, we highlight the need for behavior analysts to put efforts into prevention research and dialogue with the public health field. In addition, we present two cases to illustrate the value of our synthesis for setting cross-sectoral preventive interventions.

Keywords: Nurturing Environments; Culture of Prevention; Early Childhood; Public Policies; Applied Behavior Analysis.

NOTAS. 1) FINANCIAMENTO: O AUTOR DE CONTATO FOI FINANCIADO POR UMA BOLSA DE DOUTORADO DA CAPES 2) OS AUTORES AGRADECEM A TONY BIGLAN POR SUAS CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO DESTES MANUSCRITOS

✉ thiagocalegari.phd@gmail.com

DOI: [HTTP://DX.DOI.ORG/10.18542/REBAC.V21i1.19093](http://dx.doi.org/10.18542/REBAC.V21i1.19093)

Prevenir problemas emocionais e de conduta (PECs), como abuso e dependência de drogas, violência, comportamento antissocial, *bullying*, ideação e tentativa de suicídio, depressão e ansiedade é de interesse da análise do comportamento (Skinner, 1971, por exemplo, defendeu o planejamento de contingências sociais do presente, visando a evitar problemas futuros que pudessem ameaçar a sobrevivência da cultura). O tema da prevenção já estava presente nas publicações iniciais sobre a psicologia comunitária comportamental (e.g., Meyers et al., 1974; Nietzel et al., 1977) e posteriormente abrangeu áreas como a da parentalidade e da educação, dado o desenvolvimento de intervenções nesses *settings* para prevenir problemas de comportamento em crianças e adolescentes (e.g., Biglan et al., 1994; Embry, 1997; Mayer, 1995). O tema continuou recebendo atenção durante as duas últimas décadas (e.g., Ala'i-Rosales et al., 2019; Carr et al., 2002; Embry, 2004;

Horner & Sugai, 2015; Pereira & Dittrich, 2007), com trabalhos que enfatizam sua relevância para o campo da saúde pública (Biglan et al., 2012; Biglan & Glenn, 2013).

No campo das intervenções analítico-comportamentais mais comuns, prevenir PECs significa arranjar variáveis do ambiente imediato que evocam e fortalecem comportamentos alternativos ou incompatíveis àqueles que se deseja evitar, a fim de primariamente fortalecer a incidência daqueles comportamentos (e.g., Ala'i-Rosales et al., 2019; Carr et al., 2002; Embry, 1997). No campo da organização intersetorial ou da ação coletiva, significa coordenar os comportamentos das pessoas a quem se destinam as intervenções preventivas, dos profissionais que as implementam e dos pesquisadores que as desenvolvem e avaliam, de modo a produzir um efeito benéfico e comum para todos (Pereira & Dittrich, 2007). No campo da saúde pública, significa, dentre outras coisas, identificar fatores de risco, promoção e proteção que sejam modificáveis e que exercem seus efeitos em momentos distintos da trajetória de desenvolvimento de um ser humano, abordando-os por meio de intervenções experimentalmente avaliadas (e.g., Biglan et al., 2011).

Os achados de que diferentes PECs (1) podem aparecer simultaneamente no repertório de uma pessoa, (2) originam-se de fatores contextuais comuns (e.g., interações coercitivas com familiares, baixo envolvimento parental em atividades relacionadas à aprendizagem, acesso a drogas, ausência de modelos comportamentais pró-sociais e privação financeira)¹, e de que esses fatores (3) podem estar presentes já nos primeiros anos de vida da criança, colocam a primeira infância como um período crucial para a oferta de intervenções preventivas (e.g., Coie et al., 1993; National Research Council & Institute of Medicine, 2009; Rauh & Bergmann, 2014). Há diversas vantagens em intervir preventivamente nessa fase do desenvolvimento: a história de aprendizagem e o ambiente social da criança são menos complexos, a intervenção tende a ser mais efetiva, os avanços são mais rápidos, a generalização é mais provável, os familiares têm mais disposição para ajudar e a manifestação de problemas tende a ser menos complicada (Ala'i-Rosales et al., 2019).

Komro et al. (2011) apresentaram uma proposta para organizar iniciativas que visem a promover um contexto facilitador ao desenvolvimento na primeira infância, adotando uma perspectiva desenvolvimental e igualmente baseada na identificação de fatores modificáveis. Essa proposta foi expandida por Biglan et al. (2012) de modo a apresentar as características de ambientes que promovem o desenvolvimento e previnem PECs. A esses ambientes, os autores deram o nome de “nutridores” (*nurturing environments*). Ambientes nutritores minimizam condições socialmente e biologicamente tóxicas; ensinam, promovem, reconhecem e valorizam, constantemente, comportamentos, expectativas e valores pró-sociais; supervisionam as atividades nas quais crianças e adolescentes se engajam, a fim de identificar e colocar limites naquelas em que o engajamento em comportamentos indesejados é provável; e promovem flexibilidade psicológica (ver Biglan, 2015; Biglan & Embry, 2013).

Biglan et al. (2012) também apresentaram os componentes de uma estratégia de saúde pública que, segundo eles, pode aumentar a prevalência de ambientes nutritores e prevenir PECs em nível populacional. Trabalhos posteriores do autor e colaboradores (Biglan 2015, 2016, 2020; Biglan & Embry, 2013; Biglan & Glenn, 2013) também discutem os componentes dessa estratégia; Biglan (2016, p. 328), inclusive, trata-a como um “movimento cultural amplo”. Entretanto, esses trabalhos, apesar de vislumbrarem um efeito cultural comum a partir dos componentes que apresentam, não o fazem da mesma maneira (e.g., há publicações que divergem na quantidade de componentes).

O objetivo deste trabalho é apresentar uma síntese da estratégia de ambientes nutritores apresentada por Biglan e colaboradores, a partir das publicações sobre o tema. Acreditamos que essa síntese permitirá, à comunidade brasileira de analistas do comportamento, visualizar temas de pesquisa relevantes para a promoção de uma “cultura da prevenção”.

Na próxima seção, reapresentaremos as publicações que servirão de base para a síntese que produzimos; na sequência, descreveremos o procedimento que empregamos para identificar os componentes de cada publicação; e, então, como obtivemos a síntese da estratégia de ambientes nutritores. Por fim, discutiremos implicações ao se adotar a estratégia de ambientes nutritores e ilustraremos sua utilidade, recorrendo a dois exemplos de intervenção – um estrangeiro e um brasileiro.

Componentes da Estratégia de Ambientes Nutritores para Promover uma Cultura da Prevenção

Para elaborar a síntese, nosso primeiro passo foi reunir um conjunto de publicações de Biglan e colaboradores que descrevem os componentes da estratégia de ambientes nutritores. Três artigos (Biglan, 2016; Biglan & Embry, 2013; Biglan et al., 2012), um capítulo (Biglan & Glenn, 2013) e dois livros (Biglan, 2015, 2020) foram lidos na íntegra e constituíram o material que nos serviu de base. Uma característica comum entre essas publicações é que elas trazem os termos “saúde pública” e “ambientes nutritores” relacionados entre si. Biglan et al. (2012, p. 257) e Biglan & Embry (2013, p. 99) falam em um “movimento de saúde pública para/que poderia aumentar a prevalência de ambientes nutritores”; Biglan e Glenn (2013, p. 263) afirmam que “um objetivo central da saúde pública deveria ser aumentar a prevalência de comportamento nutridor (*nurturing behavior*) em famílias, escolas, vizinhanças, ambientes de trabalho e comunidades inteiras”; Biglan (2015, p. 127) fala em um “movimento de saúde pública que resultará (*will evolve*) em uma sociedade que promove (*nurtures*) o bem-estar de cada pessoa”; Biglan (2016, p. 328) fala em um “movimento cultural amplo ... capaz de fazer de ambientes nutritores uma prioridade fundamental de política pública e da vida cotidiana”; por fim, Biglan (2020, p. 231) explica que precisamos avançar para um sistema de saúde pública “que se concentre em prevenir problemas”,

¹ O/A leitor/a pode consultar Komro et al. (2011) para uma revisão desses fatores.

e que as ideias apresentadas em Biglan (2015) detalham “o poder da prevenção para alcançar melhorias sem precedentes na saúde pública, ao mesmo tempo em que reduz os custos com saúde”.

O segundo passo foi localizar, em cada publicação, a seção que trata da estratégia em questão. A Tabela 1 mostra como cada publicação introduz a seção sobre os componentes da estratégia de ambientes nutridores.

Tabela 1

Títulos das Seções e Capítulos que Apresentam os Componentes da Estratégia de Ambientes Nutridores em cada Publicação Consultada

Publicações	Títulos das Seções
Biglan et al. (2012, p. 264)	A Public Health Movement to Increase the Prevalence of Nurturing Environments
Biglan & Embry (2013, p. 99)	Principles for Evolving Beneficial Cultural Practices
Biglan & Glenn (2013, p. 268)	Implications for the Promulgation of Nurturing Environments
Biglan (2015, p. 211)	Evolving the Society We Want (Capítulo 11)
Biglan (2016, p. 331)	Implementing and Evaluating Comprehensive Strategies
Biglan (2020, p. 65)	A Framework for Making Our Society More Nurturing (Capítulo 3)

No terceiro passo, identificamos cada componente pelos subtítulos apresentados nessas seções. A fim de prestar uma informação mais detalhada sobre o conteúdo apresentado nesses subtítulos, em vez de meramente traduzi-los para o português e transcrevê-los, nós lemos o conteúdo e complementamos o texto do subtítulo quando achávamos necessário. Procedendo dessa maneira, “criamos” os itens que aparecem na Tabela 2. Por exemplo, em vez de traduzir “*Mobilizing Organizations*” (Biglan et al., 2012, p. 264) por “Mobilizar Organizações” e assim transcrever na tabela, lemos o subtítulo e adicionamos informações que, a nosso ver, fornecem detalhes sobre o que os autores querem dizer, além de facilitar o processo de síntese (no exemplo citado, como mostra o item 1 da Tabela 2, referimo-nos ao componente de “Mobilizar organizações formadoras de opinião no âmbito municipal, estadual e federal”). Outro exemplo: em vez de meramente traduzir “*Organizational Infrastructure*” por “Infraestrutura Organizacional” (Biglan & Embry, 2013, p. 100) e transcrever na Tabela 2, nós lemos o subtítulo e identificamos dois subcomponentes, 9.1 e 9.2, com o objetivo de dar uma noção maior sobre o que “infraestrutura organizacional” significa. Mais um exemplo: em vez de apenas traduzir “*Surveillance Systems*” (Biglan, 2016, p. 331) por “Sistemas de Monitoramento”, lemos esse subtítulo e adicionamos informações que especificam o que o autor recomenda (item 22 da Tabela 2). Nosso objetivo, com esse procedimento, foi apresentar à/o leitor/a uma noção mais detalhada da estratégia de ambientes nutridores.

Tabela 2

Itens que Estruturam a Estratégia de Ambientes Nutridores de Acordo com Cada Publicação

Publicações	Itens
Biglan et al., 2012	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mobilizar organizações formadoras de opinião no âmbito municipal, estadual e federal 2. Criar uma visão amplamente compartilhada acerca do valor de AN <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Usar relatórios de órgãos governamentais ou consultivos 2.2. Usar a mídia para transformar dados epidemiológicos em comunicações persuasivas 3. Atuar localmente 4. Implementar intervenções preventivas para toda a população 5. Monitorar a prevalência de AN
Biglan & Embry, 2013	<ol style="list-style-type: none"> 6. Produzir evidências adicionais sobre a origem de PECs, testar métodos para aumentar a prevalência de AN e avaliar seus efeitos sobre PECs 7. Monitorar indicadores de AN 8. Implementar programas e práticas baseadas em evidências 9. Infraestrutura organizacional <ol style="list-style-type: none"> 9.1. Unir organizações que atuam em problemas sociais específicos 9.2. Reduzir práticas lobistas e corporativas que beneficiam financeiramente

- algumas pessoas, em detrimento do bem-estar das gerações futuras
10. Adotar políticas que influenciem a disseminação de AN
 11. Mídia
 - 11.1. Usar a mídia para advogar a ideia de AN
 - 11.2. Modificar propagandas e a cultura do entretenimento
- Biglan & Glenn, 2013
12. Usar estratégias criativas de mídia que sejam orientadas por evidências para aumentar a comunicação ao público
 13. Adotar políticas que diretamente influenciem a promoção de AN ou criem condições para sua disseminação
 14. Disseminar programas e práticas baseadas em evidências
 15. Desenvolver sistemas para monitorar o bem-estar da população, assim como a abrangência e fidelidade na implementação de intervenções
- Biglan, 2015
16. Tornar AN uma visão simples, unificadora e emocionalmente evocativa do tipo de sociedade que podemos criar
 17. Usar epidemiologia criativa para informar a opinião pública
 18. Disseminar práticas, programas e políticas baseadas em evidências
 - 18.1. Expandir a pesquisa sobre o desenvolvimento de intervenções efetivas e como implementá-las amplamente
 - 18.2. Expandir a pesquisa sobre o curso de desenvolvimento de PECs e que atestem o valor preditivo de AN
 - 18.3. Conduzir pesquisas sobre flexibilidade psicológica
 19. Criar organizações que apoiem AN ou fortalecer aquelas que já trabalham para o “bem comum”
 20. Promover uma forma alternativa de capitalismo
 21. Usar a cultura popular e a mídia para promover AN
- Biglan, 2016
22. Monitorar dados sobre a prevalência de PECs e de AN em famílias e escolas
 23. Implementar programas baseados em evidências de forma ampla, efetiva e fidedigna
 24. Disseminar a implementação de sementes comportamentais
 25. Identificar e adotar políticas que restrinjam práticas prejudiciais de *marketing* e que reduzam a pobreza e desigualdade
 26. Expandir a pesquisa sobre a influência da mídia sobre práticas preventivas e políticas públicas
 27. Empregar métodos empíricos para avaliar intervenções que buscam promover AN; monitorar a prevalência de AN e PECs em famílias e escolas
- Biglan, 2020
28. Criar uma visão clara e convincente da sociedade que desejamos*
 29. Fortalecer/promover comportamentos e valores pró-sociais
 30. Desenvolver um sistema para avaliar os avanços na direção da sociedade que queremos
 31. Selecionar as ações benéficas de corporações/organizações e minimizar a seleção de práticas prejudiciais
 32. Influenciar setores estratégicos da sociedade em direção a um sistema econômico e político nutridor

Nota. *Na visão do autor, “uma sociedade em que as pessoas e organizações sejam atenciosas (*caring*), compassivas e motivadas para ajudar uns aos outros” (p. 65).

O quarto passo envolveu identificar semelhanças entre os itens da Tabela 2, recorrendo às palavras empregadas e recomendações dos autores. Em função dessas semelhanças, reagrupamos os itens da Tabela 2 nos componentes que aparecem na próxima seção. Por exemplo, os itens agrupados no Componente 3 (na próxima seção) empregam os verbos “implementar”, “adotar” e “disseminar” e os substantivos “práticas, programas e políticas baseados em evidências”, recomendando que estes sejam implementados/disseminados para a população. Outro exemplo: os itens agrupados no

Componente 4 empregam os verbos “monitorar” e “avaliar”, substantivos como “ambientes nutridores”, recomendando que indicadores da prevalência de ambientes nutridores sejam monitorados.

Síntese da Estratégia de Ambientes Nutridores

Nossa proposta de síntese agrupou os itens da Tabela 2 em sete componentes que, para nós, sintetizam a estratégia para promover ambientes nutridores e, assim, contribuir para a promoção de uma cultura da prevenção. Apenas dois itens, 3 e 29, não foram agrupados. A seguir, descreveremos os componentes que nossa síntese identificou.

Componente 1: Adotar Ambientes Nutridores (AN) como Valor Fundamental e Amplamente Compartilhado

Os Itens 2.1, 2.2, 16 e 28 e os subitens foram incluídos aqui. Esses subcomponentes enfatizam a importância de relatórios de órgãos governamentais e consultivos para reunir evidências epidemiológicas que comuniquem a importância de promover AN, estruturar uma agenda de pesquisa em prevenção e influenciar a opinião pública. Também chamam a atenção para a capacidade das comunicações midiáticas de comunicar achados científicos de forma convincente. Na mesma linha, o Item 16 indica a necessidade de estratégias de propaganda e *marketing* a fim de que a ideia de AN seja associada a atitudes e valores pró-sociais, bem como à prevenção de PECs.

O Item 28 expõe valores pessoais do autor acerca de sua expectativa ou visão: “... uma sociedade que valorize o bem-estar de todos, mais que a acumulação de riqueza por uma fatia pequena da sociedade” (Biglan, 2020, p. 66). Em suma, ele contrapõe valores pró-sociais e materialistas ou, em outras palavras, comunitários e individualistas. Note que esta categoria, além de atribuir importância a dados empíricos, traz à tona a questão dos valores para a construção de um consenso acerca do que pode e precisa ser feito para se promover o bem-estar das pessoas.

Componente 2: Combinar os Esforços de Diferentes Organizações e Atuar em Setores Estratégicos da Sociedade

Os itens 1, 9.1, 19 e 32 foram incluídos aqui e sugerem que organizações sociais e governamentais combinem esforços e recursos para modificar fatores de risco e proteção comuns que impactam famílias, escolas e comunidades, visando aumentar a prevalência de AN nesses espaços. Outra estratégia é criar organizações que apoiem a promoção de AN, sejam novas organizações ou coalizões entre organizações já existentes. O Item 32 indica a necessidade de se atuar junto a setores estratégicos da sociedade, a fim de que também adotem o bem-estar de cada indivíduo como valor norteador de suas ações. Os setores mencionados são: corporativo e negócios (*business*), saúde, educação superior, judicial e penitenciário, imprensa, mídias sociais (e.g., as chamadas “*big techs*”) e político.

Componente 3: Disseminar Práticas, Programas e Políticas Públicas com Evidência de Efetividade

Os itens 4, 8, 10, 13, 14, 18.1, 23, 24 e 25 foram incluídos aqui; o item 27 pode indiretamente fazer parte desta categoria, pois recomenda avaliações experimentais para atestar a efetividade de intervenções.

Práticas, programas e políticas públicas são formas de disseminar intervenções à população (Biglan, 2015). As práticas equivalem às sementes comportamentais (*behavioral kernels*), que são procedimentos simples de tecnologia comportamental potencialmente capazes de ocasionar mudanças visíveis e imediatas em comportamentos específicos; essas sementes constituem os “ingredientes” de programas de prevenção e podem ser implementadas em diversos contextos, de forma isolada ou combinada entre si (Biglan, 2016; Biglan et al., 2012; Embry, 2004; Embry & Biglan, 2008). Os programas são destinados a *settings* ou pessoas ou grupos específicos como famílias, escolas, atividades de pós-escola, comunidades ou pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica. As políticas, por sua vez, têm a vantagem de produzir efeitos para uma população inteira (Biglan, 2015, 2016) e, ainda, preconizar a implementação de práticas e programas.

É recomendável que práticas, programas e políticas públicas passem por avaliações experimentais antes de serem amplamente implementadas, bem como por avaliações contínuas após sua implementação (Biglan & Embry, 2013). Estudos sobre formas de implementação ampla e efetiva também precisam ser conduzidos, visto que essas intervenções podem se tornar ineficazes caso não sejam adequadamente implementadas (ver o item 15).

Componente 4: Monitorar a Prevalência de Ambientes Nutridores

Os itens 5, 7, 15, 22, 27 e 30 foram incluídos nesta categoria. Aqui, os autores recorrem aos conceitos de incidência e prevalência, tal como utilizados no campo da saúde pública, para monitorar a disseminação de AN nas famílias, escolas e comunidades. Eles sugerem criar um sistema de coleta contínua de dados que seja amplamente adotado e confiável. Biglan e Embry (2013) explicam que um sistema desse tipo precisa ter suas informações amplamente divulgadas ao público, pois isso pode favorecer o engajamento das pessoas e angariar financiamento.

O monitoramento de indicadores de AN permitirá avaliar as práticas, programas e políticas públicas implementadas, fornecendo dados sobre o que está funcionando e, assim, facilitar a decisão sobre as intervenções que

precisam ser descartadas (Biglan, 2016, 2020; Biglan et al., 2012; Biglan & Glenn, 2013), além de abrir caminho para que avaliações experimentais sejam conduzidas (Biglan, 2016).

Componente 5: Promover Práticas Midiáticas Alinhadas à Ideia de Ambientes Nutridores

Os itens 11.1, 11.2, 12, 17, 21 e 26 aparecem aqui, sendo que as práticas midiáticas também incluem a publicidade e o entretenimento. Biglan (2015) e Biglan & Embry (2013) destacam a relação existente entre a exposição a conteúdos de violência/agressão e comportamentos agressivos em jovens, e sugerem que as práticas midiáticas podem advogar a favor da ideia de AN caso valorizem e divulguem comportamentos pró-sociais. As práticas midiáticas também podem veicular evidências sobre a importância de AN ao desenvolvimento socioemocional da criança de forma criativa e convincente (lembrando que essas evidências podem ser subsidiadas por institutos de pesquisas governamentais, consultivos e universidades). Por exemplo, campanhas midiáticas poderiam associar as quatro características de AN a consequências desejáveis para a sociedade, bem como associar a ausência dessas características a PECs (Biglan & Glenn, 2013).

Os itens 11.2 e 26 sugerem conduzir estudos que investiguem os efeitos da mídia (e.g., campanhas midiáticas) sobre estratégias preventivas, seu poder de advogar a favor de políticas públicas e o quanto ela pode exacerbar comportamentos relacionados à esquiva experiencial ou a outras dificuldades psicológicas ou comportamentais. Em suma, as práticas midiáticas podem ser empregadas para (1) auxiliar a construção de uma visão compartilhada da sociedade que queremos, (2) veicular conteúdo pró-social, (3) advogar a favor de práticas, programas e políticas que promovam AN e (4) modificar o modo como as pessoas perceberão e julgarão os princípios de AN.

Componente 6: Expandir a Pesquisa sobre Ambientes Nutridores

Os itens 6, 18.2 e 18.3 foram incluídos aqui, e sugerem que as pesquisas sobre a promoção de AN, nos moldes da saúde pública, seja direcionada a dois eixos. O primeiro é a produção de evidências adicionais sobre os fatores contextuais comuns à etiologia de PECs e como a disseminação de AN pode preveni-los, bem como de evidências que atestem a correlação inversa entre PECs e AN (e.g., Biglan, 2016; ver Kingston et al., 2021). O segundo eixo sugere conduzir pesquisas na área da flexibilidade psicológica – salientando a abordagem de aceitação e compromisso, na qual intervenções com o propósito de refletir sobre valores é uma estratégia fundamental. Biglan (2015) coloca a possibilidade de que atuar sobre os valores pode ser feita não apenas para ajudar pessoas com dificuldades específicas em contextos clínicos, mas como uma “inovação cultural” (p. 218) para promover bem-estar em cada nível societal, além de potencializar a efetividade de intervenções preventivas (ver Biglan et al., 2008).

Componente 7: Substituir Práticas Corporativas que Trazem Prejuízos à Sociedade

Os itens 9.2, 20 e 31 foram incluídos aqui, e juntos sinalizam uma reforma do sistema econômico vigente em termos da modificação de práticas corporativas que produzem ganhos financeiros de curto prazo para uns poucos e consequências prejudiciais de longo prazo para a população. Os exemplos mais salientes são a propaganda de alimentos de baixo valor nutricional e ricos em calorias, produtos à base de substâncias que causam dependência e medicamentos, além de produtos midiáticos que aumentam os conflitos entre as pessoas (e.g., mídias sociais) e práticas lobistas a favor de políticas que elevam a desigualdade econômica e pobreza (Biglan, 2020; Biglan & Embry, 2013). Biglan e Embry ainda chamam a atenção para o quanto as estratégias de *marketing* podem incentivar comportamentos de esquiva experiencial ao salientarem que cada desconforto deve ser reduzido, ou até mesmo criar desconforto psicológico ao estabelecerem comparações arbitrárias baseadas nos das pessoas *status* entre as pessoas.

Quatro estratégias são sugeridas: (1) estabelecer regulamentações e aplicar multas, (2) disponibilizar incentivos a práticas corporativas que contribuam para a saúde pública, (3) criar condições que promovam mudanças nos valores adotados no mundo corporativo, e (4) incentivar o desenvolvimento de corporações que levem em consideração as partes direta e indiretamente impactadas pelas práticas de mercado, bem como o meio-ambiente (Biglan, 2015, 2020).

Itens Não Agrupados

Os itens 3 e 29 aparecem aqui. O item 3 recomenda a ação e organização em nível local. Para Biglan (1995), é trabalhando com pequenas comunidades que há uma chance de modificar variáveis que podem produzir mudanças que impactam o comportamento de muitas pessoas e, ainda, implementar e avaliar estratégias de mobilização comunitária, além dos custos relativos à mensuração serem menores. Nesse sentido, a abordagem comunitária comportamental (e.g., Calegari & Zilio, 2025) e a abordagem territorial em políticas públicas (e.g., Silva, 2013) precisam ser consideradas por analistas do comportamento. Também é necessário considerar a atuação de entidades/instituições locais e do território que prestam serviços à população, que formulam as políticas públicas, e demais organizações civis que atuam para promover AN durante a primeira infância. O item 29, por sua vez, não informa qualquer estratégia; apenas traz explicações para as origens do comportamento pró- e antissocial em termos da seleção filogenética e contingências socioculturais, bem como enfatiza a importância das relações sociais para a formação dos conjuntos de valores das pessoas.

Discussão

Nosso objetivo foi produzir uma síntese da estratégia desenhada por Biglan e colaboradores, a Estratégia de Ambientes Nutridores, à comunidade brasileira de analistas do comportamento, a fim de que possa servir para coordenar seus trabalhos em prol de uma cultura da prevenção com foco na primeira infância. No contexto deste estudo, promover uma cultura da prevenção significa adotar uma proposta teórica e conceitual que descreve as características de ambientes capazes de prevenir PECs – no caso, a proposta de AN –, aliada a uma estratégia que os dissemine em nível populacional – o que foi objeto de nossa síntese.

A estratégia que sintetizamos possui um precedente na saúde pública: seus componentes assemelham-se a aspectos do movimento antitabagista que resultou em reduções importantes na prevalência do comportamento de fumar vistas no início deste século (Biglan, 2015, 2016; Biglan & Glenn, 2013). Obviamente, não se trata de igualar PECs com o comportamento de fumar; trata de testar os componentes de uma estratégia que funcionou para reduzir um comportamento altamente prevalente a fim de aumentar comportamentos que podem contribuir para o desenvolvimento da criança, diminuir a prevalência de PECs na vida adulta e, desse modo, promover um desenvolvimento humano sustentável. A isso, soma-se o interesse crescente de alguns pesquisadores/as analítico-comportamentais de compreender práticas culturais e intervir em sistemas sociais (e.g., Cihon & Mattaini, 2020).

Nossa síntese resultou em sete componentes que organizam a Estratégia de Ambientes Nutridores. Além disso, do ponto de vista da abordagem territorial que orienta a implementação das políticas públicas no Brasil (e.g., Silva, 2013), é importante ressaltar a recomendação à atuação local, ou seja, nas comunidades (item 3 da Tabela 2). Essas recomendações não são independentes umas das outras e seu efeito esperado, que é aumentar a prevalência de AN, será possível somente se fizerem parte de um esforço conjunto e coordenado.

A utilidade da estratégia que sintetizamos, para analistas do comportamento no Brasil, dependerá de três coisas, no mínimo: (1) a existência de um consenso de que as características de AN servem como diretriz para a formulação de práticas, programas e políticas públicas, (2) a coordenação de esforços de atuação e pesquisa entre eles/elas, e (3) a participação no debate na seara da saúde pública. Sobre (3), Calegari et al. (2024), por exemplo, argumentaram que as quatro características de AN contribuem para aumentar a compreensão do significado de “qualidade” no cuidado ofertado à primeira infância, e sugeriram que elas podem ser integradas à diretriz de Ambientes Facilitadores à Vida no processo de formulação de políticas públicas para a atenção integral à saúde da criança no Brasil (Rosario & Penello, 2016); sobre (1), as características de AN deveriam ao menos chamar a atenção dos/as pesquisadores/as de que é importante dedicar esforços em promoção de saúde para vislumbrarmos a ideia de desenvolvimento humano sustentável; sobre (2), talvez a criação de uma rede de analistas do comportamento simpatizantes da ideia de prevenir PECs e buscar aproximações com o campo da saúde pública possa ser um começo:

A adoção da ABA por profissionais de saúde pública e a existência (*addition*) de um grupo ou de uma perspectiva de saúde pública entre especialistas em ABA definirão a fusão dos dois paradigmas. Tal fusão pode ser o processo antecedente necessário para obter diminuições “cl clinicamente significativas” em comportamento de risco e aumentos em comportamento protetivo (*protective*) em populações inteiras (Hovell et al., 1986, p. 298, aspas no original).

Diante dos avanços da ciência da prevenção à compreensão dos fatores associados às origens de PECs e formas de preveni-los, concentrar-se majoritariamente em PECs pode ser contraprodutivo caso queiramos contribuir para modificar a incidência e prevalência de pessoas acometidas por esses problemas em nível populacional. Deixar de atuar preventivamente na primeira infância é optar, ainda que despropositadamente, por um sistema no qual poderá continuar havendo escassez de recursos para oferecer tratamento adequado para todas as pessoas que precisarem e, ainda, ter que tratar desses problemas em suas formas mais severas, demandando mais recursos e tempo que não estarão disponíveis. Tradicionalmente, organizações, iniciativas, programas, campanhas de saúde e políticas governamentais são criados na tentativa de chamar a atenção para diferentes PECs como se esses problemas não estivessem relacionados entre si. Desse modo, os recursos financeiros e humanos destinados para combater cada PEC se tornam escassos e corre-se o equívoco de ter que se eleger um problema específico como o mais urgente (Biglan, 2015, 2020).

Ao mencionarmos a possibilidade de enxergar o território como unidade social de intervenção e análise, é interessante notar que a estratégia de ambientes nutridores guarda relação com o contexto de surgimento da abordagem comunitária comportamental, que tinha uma preocupação com a prevenção e promoção de saúde mental em espaços de atuação menos delimitados. Os proponentes dessa abordagem enxergaram a necessidade de atuar em variáveis mais amplas do contexto, atentando-se, inclusive, aos valores cultivados pelas partes envolvidas, sejam os participantes diretos e/ou financiadores (Calegari & Zilio, 2025). Essa forma de conceber a abordagem comunitária comportamental já reconhecia as limitações de práticas culturais de saúde mental baseadas na remediação/tratamento de sintomas em casos individuais, em uma perspectiva biomédica.

Como um exemplo do tipo de trabalho que estamos defendendo, Greenwood et al. (2017) apresentaram um plano com o objetivo de prevenir o fenômeno da lacuna de vocabulário (Hart & Risley, 1995). Esse fenômeno trata das disparidades existentes na aprendizagem de vocabulário entre crianças de diferentes classes econômicas, como função da qualidade e quantidade das interações dialogadas diárias entre cuidadores e crianças. Essas disparidades podem ser observadas já nos três primeiros anos de vida do infante. Além do foco preventivo, o plano foi elaborado de modo a fortalecer as ações de parcerias formadas entre diversos setores, como governo, universidade, mídia, entidades filantrópicas e religiosas, setor privado e Atenção Primária (*pediatric sector*) para, assim, promover mudanças no âmbito da comunidade.

No centro do plano está a busca por melhorias na qualidade das interações dialogadas entre cuidadores e crianças nos diversos contextos da comunidade, combinando a análise do comportamento aplicada e a psicologia comunitária dentro de uma perspectiva de saúde pública (Greenwood et al., 2021).

O plano também contempla três diferentes tipos de intervenção: os de abrangência universal (e.g., campanhas midiáticas pela *Internet*), a fim de comunicar amplamente a mensagem sobre a importância de se conversar com crianças; a criação de um “comitê gestor” formado por representantes dos setores interessados a fim de, dentre outras, definir prioridades, engajar esses setores e facilitar a implementação ou modificação de práticas, programas e políticas na comunidade voltadas à prevenção da lacuna de vocabulário; e a oferta direta de estratégias baseadas em evidências para auxiliar pais/cuidadores a se engajarem em formas de conversar com a criança que provenham um ambiente rico em linguagem para ela. O plano também estabelece um sistema de medidas múltiplas para avaliar os resultados, dentre as quais estão medidas de fidelidade de implementação das intervenções, medidas intermediárias de progresso e os efeitos de possíveis variáveis moderadoras, especialmente aquelas relacionadas ao comportamento da mãe/cuidador.

Observamos características da estratégia de ambientes nutridores no plano de Greenwood et al. (2017), tais como sua fundamentação em uma visão clara a respeito do problema da lacuna de vocabulário e da importância de promover um ambiente rico em linguagem já nos anos iniciais de vida da criança (Componente 1); a organização intersetorial através da formação de parcerias entre diversos setores a fim de facilitar a implementação de mudanças em nível local (Componente 2 associado ao item 3 da Tabela 2); e o estabelecimento de um sistema de monitoramento para avaliar os efeitos de estratégias implementadas que possuem evidências (Componentes 3 e 4), incluindo mensagens midiáticas (Componente 5). O plano também expande a pesquisa sobre AN ao considerar a riqueza de linguagem no contexto em que a criança se desenvolve (Componente 6).

Como outro exemplo, no Brasil, o *site* do Instituto para a Valorização da Educação e da Pesquisa no Estado de São Paulo (n.d.) cita a implementação de um programa de parentalidade positiva no Estado do Ceará (Altafim & Linhares, 2022), com o objetivo de prevenir a violência contra a criança no âmbito familiar. Essa implementação ocorreu através de pactuação do governo estadual com 24 municípios cearenses entre 2020 e 2022, e foi fomentada por uma coalizão formada por três fundações (duas delas internacionais) ligadas à área da Primeira Infância e desenvolvimento social, em parceria com o Governo do Ceará.

Podemos observar também, no caso do Ceará, alguns componentes da estratégia de ambientes nutridores: a reorganização da infraestrutura (Componente 2) com, inclusive, a articulação de entidades internacionais junto a entes federativos nacionais; uma visão comum do problema e do que pode ser feito para preveni-lo entre as fundações e os entes federativos (Componente 1); e a implementação para um grande número de pessoas de um programa baseada em evidências, vinculado a uma política pública específica para a Primeira Infância, a “Mais Infância Ceará” (Componente 3). Vale destacar que a formação de uma coalizão e o estabelecimento de parcerias é uma estratégia igualmente apresentada no plano de Greenwood et al. (2017). Por fim, vale notar que no caso do Ceará, a implementação ocorreu via assistência social e não através das políticas públicas de saúde, embora o *site* afirme ser possível a implementação do programa em diferentes setores ou intersetorialmente.

Os exemplos citados oferecem possibilidades de interpretar ações coordenadas na área da prevenção à luz dos componentes da estratégia de ambientes nutridores. Disso decorre a necessidade de trabalharmos em estudos que elucidem as variáveis que contribuem para a adoção de intervenções, ou das chamadas “boas práticas”, em larga escala. Nós, analistas do comportamento, desenvolvemos *expertise* na elaboração de métodos para ajudar as pessoas em diferentes *settings*, mas ainda pouco sabemos sobre como tornar esses métodos disponíveis para a população. Consequentemente, pouco aprendemos a contribuir, na prática, com as políticas públicas em um país com sérios problemas estruturais.

Manter organizações com fins lucrativos dentro de um sistema econômico (Componente 7) é um tópico longe de consenso, sobretudo em contextos latino-americanos. Não entraremos nessa discussão. Destacamos, todavia, que o modelo do capitalismo defendido por Biglan (2020) baseia-se no socialismo democrático como alternativa ao modelo de livre mercado, e que, em vez de abolir o modo de produção corporativista, pode-se atuar seletivamente sobre práticas que sejam benéficas à sociedade como um todo. Sendo possível conceber a existência de um capitalismo diferente do de livre mercado, perguntar “como as práticas das empresas podem ser reorganizadas para beneficiar o desenvolvimento da criança” é heurístico. Da mesma forma que empresas obtêm lucro por meio da venda de produtos nocivos à criança, uma mudança de paradigma em que o lucro seria obtido por meio da comercialização de produtos e serviços que contribuem para o desenvolvimento socioemocional durante a primeira infância não seria factível? Nós achamos que sim; o desafio, contudo, é organizar práticas de *lobby* e *marketing* que convençam governantes e empresários/as de que vale a pena concentrar esforços de mercado para garantir condições que pavimentem a trajetória de desenvolvimento das crianças que existem e daquelas que estão por vir (Componente 1). Seria possível identificar uma consequência comum para as pessoas, grupos e corporações comprometidos a pavimentar essa trajetória?

Como último ponto de reflexão, colocamos esta pergunta: a estratégia de ambientes nutridores pode ser útil para avançarmos na assistência à saúde da criança para além das condições associadas à morbimortalidade infantil? No que diz respeito à assistência a esse público, tem-se observado, na atenção primária, forte apego ao modelo clínico, ações de promoção de saúde e prevenção com baixas pontuações de qualidade, componentes de orientação familiar e comunitária pouco satisfatórios (Branquinho & Lanza, 2020; Harzheim et al., 2016; Silva et al., 2020; Silva & Fracolli, 2016) e entraves ao atendimento e encaminhamento de situações de violência sofridas nas famílias (Santos & Yakuwa, 2015); quando muito,

observa-se ações para melhorar o agendamento de consultas, inaugurar hospital, ampliar testes aos recém-nascidos, definir protocolos de atendimento, instituir notas técnicas, datas comemorativas e selos de qualidade aos serviços, capacitar servidores e formar equipes técnicas (Souza et al., 2019). Além disso, indicadores de desenvolvimento da criança parecem se concentrar em aspectos de infraestrutura e acesso/garantia de direitos, sem oferecerem estimativas da qualidade das interações que a criança experimenta com seus cuidadores², o que é determinante para o seu desenvolvimento socioemocional e prevenir PECs.

Em suma, ainda é incipiente o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à prevenção, o que nos parece um contrassenso. Afinal, diante de todos os avanços obtidos com pesquisas na área da prevenção, deveríamos dedicar mais esforços para modificar fatores contextuais responsáveis pela incidência e prevalência de PECs na população. Precisamos, por assim dizer, inaugurar uma nova geração de pesquisas aplicadas em análise do comportamento. Trabalhar na formulação e implementação de políticas públicas dentro de uma agenda coordenada de pesquisa, tentando estabelecer diálogos com pesquisadores/as de outras áreas e formuladores/as de políticas públicas, certamente dará mais trabalho e os resultados podem ser mais demorados. Mas não vemos, ao menos no momento, outra maneira de produzir mudanças estruturais significativas no campo das relações institucionais. Nessa conjuntura, é importante manter em vista a promessa de que a análise do comportamento pode contribuir para a melhora de nossa cultura.

Declaração de conflito de interesses

Os autores declaram que não há conflito de interesses relativos à publicação deste artigo.

Contribuição de cada autor

Certificamos que ambos os autores participaram suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo. Cada autor contribuiu de forma igual durante as fases de escrita e revisão do texto.

Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons 4.0 BY-NC.



Referências

- Ala'i-Rosales, S., Cihon, J. H., Currier, T. D. R., Ferguson, J. L., Leaf, J. B., Leaf, R., McEachin, J., & Weinkauff, S. M. (2018). The Big Four: Functional assessment research informs preventative behavior analysis. *Behavior Analysis in Practice*, 12(1), 222-234. <https://doi.org/10.1007/s40617-018-00291-9>
- Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2022). Programa de parentalidade: Da evidência científica para a implementação em escala. *Revista Brasileira de Avaliação*, 11(3 spe), e111122. <https://doi.org/10.4322/rbaval202211011>
- Biglan, A. (1995). Translating what we know about the context of antisocial behavior into a lower prevalence of such behavior. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 28(4), 479-492. <https://doi.org/10.1901/jaba.1995.28-479>
- Biglan, A. (2015). *The nurture effect: How the science of human behavior can improve our lives and our world*. New Harbinger Publications.
- Biglan, A. (2016). The ultimate goal of prevention and the larger context for translation. *Prevention Science*, 19(3), 328-336. <https://doi.org/10.1007/s11121-016-0635-6>
- Biglan, A. (2020). *Rebooting capitalism: How we can forge a society that works for everyone*. Values to Action.
- Biglan, A., Domitrovich, C., Ernst, J., Etz, K., Mason, M. J., Robertson, E., Sloboda, Z., & Ulmer, L. (2011). *Standards of knowledge for the science of prevention*. <https://preventionresearch.org/Society%20for%20Prevention%20Research%20Standards%20of%20Knowledge.pdf>
- Biglan, A., & Embry, D. D. (2013). A framework for intentional cultural change. *Journal of Contextual Behavioral Science*, 2(3-4). <https://doi.org/10.1016/j.jcbs.2013.06.001>
- Biglan, A., Flay, B. R., Embry, D. D., Sandler, I. N. (2012). The critical role of nurturing environments for promoting human well-being. *American Psychologist*, 67(4), 257-271. <https://doi.org/10.1037/a0026796>
- Biglan, A., & Glenn, S. S. (2013). *Toward prosocial behavior and environments: Behavioral and cultural contingencies in a public health framework*. In G. J. Madden, W. V. Dube, T. D. Hackenberg, G. P. Hanley, & K. A. Lattal (Eds.), *APA handbook of behavior analysis, Vol. 2., Translating principles into practice* (p. 255-275). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/13938-010>
- Biglan, A., Hayes, S. C., & Pistorello, J. (2008). Acceptance and commitment: Implications for prevention science. *Prevention Science*, 9(3), 139-152. <https://doi.org/10.1007/s11121-008-0099-4>

² Esses indicadores podem ser encontrados em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/indicadores-acompanhar-cenario-primeira-infancia-brasil>

- Biglan, A., Metzler, C. W., & Ary, D. V. (1994). Increasing the prevalence of successful children: The case for community intervention research. *The Behavior Analyst*, 17(2), 335-351. <https://doi.org/10.1007/BF03392680>
- Branquinho, I. D., & Lanza, F. M. (2020). Eixos estruturantes da atenção primária na saúde da criança: Revisão integrativa. *Research, Society and Development*, 9(10). e4569108740. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i10.8740>
- Calegari, T. W., Zilio, D., & Biglan, A. (2024). A contribuição da proposta de ambientes nutridores para compreender a qualidade do ambiente facilitador à vida [Manuscrito submetido para publicação]. Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento, Universidade Federal do Espírito Santo.
- Calegari, T. W., & Zilio, D. (2025). Abordagem comunitária comportamental: Particularidades e desafios. *Acta Comportamental*, 33(1), 99–116. <https://doi.org/10.32870/ac.v33i1.88527>
- Carr, E. G., Dunlap, G., Horner, R. H., Koegel, R. L., Turnbull, A. P., Sailor, W., Anderson, J., Albin, R. W., Koegel, L. K., & Fox, L. (2002). Positive Behavior Support: Evolution of an applied science. *Journal of Positive Behavioral Intervention*, 4(1), 4-16. <http://dx.doi.org/10.1177/109830070200400102>
- Cihon, T. M., & Mattaini, M. A. (Eds.). (2020). *Behavior science perspectives on culture and community*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-45421-0>
- Coie, J. D., Watt, N. F., West, S. G., Hawkins, J. D., Asarnow, J. R., Markman, H. J., Ramey, S. L., Shure, M. B., & Long, B. (1993). The science of prevention: A conceptual framework and some directions for a national research program. *American Psychologist*, 48(10), 1013–1022. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.48.10.1013>
- Embry, D. D. (1997). Does your school have a peaceful environment? Using an audit to create a climate for change and resiliency. *Intervention in School and Clinic*, 32(4), 217-222. <https://doi.org/10.1177/105345129703200405>
- Embry, D. D. (2004). Community-based prevention using simple, low-cost, evidence-based kernels and behavior vaccines. *Journal of Community Psychology*, 32(5), 575-591. <https://doi.org/10.1002/jcop.20020>
- Embry, D. D., & Biglan, A. (2008). Evidence-based kernels: Fundamental units of behavioral influence. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 11(3), 75-113. <https://doi.org/10.1007/s10567-008-0036-x>
- Greenwood, C. R., Carta, J. J., Schnitz, A. G., Walker, D., Gabriel, D., Thompson, V., & Watson-Thompson, J. (2021). Progress toward a multisectoral community intervention approach to prevention of the Word Gap. *Behavior and Social Issues*, 30(1), 545-565. <https://doi.org/10.1007/s42822-021-00074-y>
- Greenwood, C. R., Carta, J. J., Walker, D., Watson-Thompson, J., Gilkerson, J., Larson, A. L., & Schnitz, A. (2017). Conceptualizing a public health prevention intervention for bridging the 30 Million Word Gap. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 20(1), 3-24. <https://doi.org/10.1007/s10567-017-0223-8>
- Hart, B., & Risley, T. R. (1995). *Meaningful differences in the everyday experience of young American children*. Brookes Publishing.
- Harzheim, E., Pinto, L. F., Hauser, L., & Soranz, D. (2016). Avaliação dos usuários crianças e adultos quanto ao grau de orientação para Atenção Primária à Saúde na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(5), 1399-1408. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015215.26672015>
- Horner, R. H., & Sugai, G. (2015). School-wide PBIS: An example of Applied Behavior Analysis implemented at a scale of social importance. *Behavior Analysis in Practice*, 8(1), 80-85. <https://doi.org/10.1007/s40617-015-0045-4>
- Hovell, M. F., Elder, J. P., Blanchard, J., & Sallis, J. F. (1986). Behavior analysis and public health perspectives: Combining paradigms to effect prevention. *Education and Treatment of Children*, 9(4), 287-306. <http://www.jstor.org/stable/42898988>
- Instituto para a Valorização da Educação e da Pesquisa no Estado de São Paulo. (n.d.). ACT para educar crianças em ambientes seguros. Recuperado em 22 de junho de 2024, de <https://ivepesp.org.br/projetos/act-para-educar-criancas-em-ambientes-seguros/>
- Kingston, B., Smokowski, P. R., MacFarland, A., Evans, C. B. R., Pampel, F., Mercado, M. C., Vagi, K. J., & Spies, E. L. (2021). Testing the nurturing environments framework on youth violence across ethnically and geographically diverse urban and rural samples of adolescents. *Youth & Society*, 53(5), 784-810. <https://doi.org/10.1177/0044118X19900904>
- Komro, K. A., Flay, B. R., Biglan, A., & Promise Neighborhoods Research Consortium. (2011). Creating nurturing environments: A science-based framework for promoting child health and development within high-poverty neighborhoods. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 14(2), 111-134. <https://doi.org/10.1007/s10567-011-0095-2>
- Mayer, G. R. (1995). Preventing antisocial behavior in the schools. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 28(4), 467-478. <https://doi.org/10.1901/jaba.1995.28-467>
- Meyers, A. W., Craighead, W. E., & Meyers, H. H. (1974). A behavioral-preventive approach to community mental health. *American Journal of Community Psychology*, 2(3), 275-285. <https://doi.org/10.1007/BF00880848>
- National Research Council & Institute of Medicine. (2009). *Preventing mental, emotional, and behavioral disorders among young people: Progress and possibilities* (M. E. O'Connell, T. Boat, & K. E. Warner (Eds.)). The National Academies Press. https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK32775/pdf/Bookshelf_NBK32775.pdf
- Nietzel, M. T., Winett, R. A., MacDonald, M. L., & Davidson, W. S. (1977). *Behavioral approaches to community psychology*. Pergamon Press.

- Pereira, A. C. S., & Dittrich, A. (2007). O conceito de prevenção para o behaviorismo radical: Em busca de práticas preventivas de maior sucesso. Em R. R. Starling (Org.), *Sobre Comportamento e Cognição*, vol. 19, *Temas Aplicados* (pp. 231-243). ESETec.
- Rauh, H., & Bergmann, K. E. (2014). Benchmarks, developmental challenges, and risks during the prenatal and infancy period. In Z. Sloboda & H. Petras (Eds.), *Defining prevention science* (pp. 27-58). Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-4899-7424-2_2
- Rosario, S. E., & Penello, L. M. (2016). Para compreender o conceito de ambiente facilitador e o seu uso na construção de políticas públicas facilitadoras à plenitude da vida. *Divulgação em Saúde para Debate*, 54, 15-25. https://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/04/DIVULGACAO_54-WEB-FINAL.pdf
- Santos, J. S., & Yakuwa, M. S. (2015). A Estratégia Saúde da Família frente à violência contra crianças: revisão integrativa. *Revista da Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras*, 15(1), 38-43. <https://journal.sobep.org.br/article/a-estrategia-saude-da-familia-frente-a-violencia-contra-criancas-revisao-integrativa>
- Silva, S. P. (2013). Considerações analíticas e operacionais sobre a abordagem territorial em políticas públicas. Em R. Boueri & M. A. Costa (Eds.), *Brasil em desenvolvimento 2013: Estado, planejamento e políticas públicas* (pp. 89-116). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3915/1/Livro-Brasil_em_desenvolvimento_2013_v_1.pdf
- Silva, G. S., Fernandes, D. R. F., & Alves, C. R. L. (2020). Avaliação da assistência à saúde da criança na Atenção Primária no Brasil: Revisão sistemática de métodos e resultados. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(8), 3185-3200. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020258.27512018>
- Silva, S. A., & Fracoli, L. A. (2016). Avaliação da assistência à criança na Estratégia de Saúde da Família. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 69(1), 54-61. <https://doi.org/10.1590/0034-7167.2016690107i>
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. Knopf/Random House.
- Souza, R. R., Vieira, M. G., & Lima Júnior, C. J. (2019). A rede de atenção integral à saúde da criança no Distrito Federal, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(6), 2075-2084. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018246.09512019>

Submetido em: 16/08/2024

Aceito em: 23/05/2025